

A Geografia Política e o Neoinstitucionalismo Histórico como abordagem teórica para um estudo das causas da ditadura em Moçambique

Duarte Luciano Antunes¹

Bruno César Pinto²

Resumo. O presente estudo teve como objetivo resgatar elementos teóricos da Geografia Política e do Neoinstitucionalismo Histórico para uma análise da formação e recrudescimento do Estado moçambicano - sob a direção da FRELIMO. Partimos da premissa que a formação e posteriormente, o recrudescimento do Estado moçambicano sob a direção da FRELIMO está ligada há problemáticas geográficas, que levaram a elite política dirigente optar por um tipo de regime, em detrimento de outros; pois, no ato de formação do Estado pós-colonial, um dos problemas dispostos para a nova classe dirigente fora a incapacidade de articulação e diálogo com as Autoridades Tradicionais, levando a FRELIMO a optar por uma estilo de regime mais rígido e centralizador. Para a análise Histórica, utilizou-se estudos de Lourenço (2005, 2009). Para a construção teórica geográfica e política, optamos pelos autores mais "clássicos" da abordagem marxista, resgatando nestes, um olhar espacial-geográfico-político das relações sociais e de poder.

Palavras-chaves: Ditadura; Moçambique; FRELIMO; Geografia Política; Neoinstitucionalismo Histórico.

The Political Geography and Historical Neoinstitutionalism as a theoretical approach to a study of the causes of dictatorship in Mozambique

Abstract. This study aimed to rescue theoretical elements of Political Geography and Historical Neoinstitutionalism for an analysis of the formation and intensification of the Mozambican state - under the leadership of FRELIMO. We start from the premise that the formation and subsequently the rise in Mozambican State under the leadership of FRELIMO is on there geographic issues that led to political ruling elite opt for a type of regime to the detriment of others; because in the act of formation of the post-colonial state, one of the problems ready for the new class ruling out the articulation of disability and dialogue with traditional authorities, leading to FRELIMO to opt for a more rigid and centralized regime style. For Historical analysis, we used Lourenço studies (2005, 2009). For geographic theoretical and political construction, we opted by the authors more "classical" in Marxist Approach, rescuing these, a space-geographical-political view of the social and power relations.

Keywords: Dictatorship; Mozambique; FRELIMO; Political Geography; Historical Neoinstitutionalism.

¹ Mestrando do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

² Mestrando do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Introdução

É extremamente difícil encontrar em revistas científicas estudos sobre a formação dos Estados através de uma abordagem geográfico-política. Algo que não era tão difícil no nascimento da geografia, em especial a geografia política. Estudos como o de Friedrich Ratzel (1882) *O Solo, a Sociedade e o Estado* e de Friedrich Engels (1884) *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, escrito aos finais do século XIX trazem consigo uma abordagem geográfico-política rica para o estudo da formação dos Estados. Essa riqueza teórica que a Geografia Política traz consigo tem perdido seu espaço para análises funcionalistas e instrumentalistas em estudos na Ciência Política. Abordagens societais, como as de Miliband (1972) e Domhoff (1994) trazem consigo uma consideração da formação do Estado a partir de uma abordagem estrutural-social, mas desconsideram o fator geográfico ou a relação homem-solo, homem-espaço. Este estudo tem como finalidade demonstrar que a Geografia Política clássica e mesmo estudos atuais, possuem elementos importantes para estudos acerca da formação de Estados. A pergunta-problema deste estudo é: Porque a democracia em Moçambique falhou? Para responder esse questionamento, foram levantadas duas hipóteses. Uma se responde a partir da abordagem Neoinstitucional histórica e a outra a partir da Geografia Política. A primeira aponta que o projeto democrático falhou por que o país viveu uma “conjuntura crítica” nos anos 1990 que prejudicou a formação de uma República Democrática (LOURENÇO, 2009). Como eixo central dessa explicação, encontra-se a preposição que após a independência de Moçambique em 1975, o novo Estado formado pela Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO - teve grande dificuldade de relacionar-se com as Autoridades Tradicionais herdadas do período colonial e que possuem forte influência nas comunidades locais; essa dificuldade de incorporar as antigas instituições políticas ao novo projeto institucional, pós-colonial, dificultou a formação de um Estado democrático em Moçambique e levou o Estado a formar um governo ditatorial, centralizado e excludente. Pode-se dizer que se formou em Moçambique, após 1975, um regime de Hegemonia Inclusiva - segundo proposto por Dahl (1997).

A hipótese levantada por Lourenço (2009) é extremamente válida e interessante. A Geografia Política vem na direção de salientar essa questão e *Revista de Geopolítica*, v. 7, nº 2, p. 68 - 87, jul./dez. 2016.

contribuir com outra pressuposição, a de que demandas geográficas influenciam a maneira pela qual o governo organizara o Estado. Nesse sentido, a hipótese trazida pela Geografia Política é a de que: a partir da incapacidade do novo Governo, formado pela FRELIMO não conseguiu organizar um Estado que tivesse legitimidade frente a porções geográficas regionais, as áreas de dominação das antigas Autoridades Tradicionais e na busca de construir um novo Estado - com novas instituições, regras e atores - viu-se frágil e buscou através da Ditadura - uma maneira autoritária e arbitrária - uma forma mais contundente para a formação do Estado moçambicano pós-independência. Desta forma, a formação deste novo Estado ditatorial esta intrinsecamente ligada a problemas geográficos-políticos não resolvidos, antes, incorporados a demanda do novo projeto institucional.

Para testar as hipóteses levantadas, far-se-á uso de metodologias de análise bibliográfica e quantitativas, concernentes ao funcionamento do regime político moçambicano.

A Geografia Política e o discurso geográfico-marxista sobre o Estado

A Geografia Política teve seu nascimento científico no final do século XIX e início do XX. Seu principal teórico quando de seu “nascimento” foi o alemão Frederich Ratzel. Os seus dois principais trabalhos foram: Geografia Política de 1897, editado em 1902, e O Solo, a Sociedade e o Estado de 1910 (RATZEL, 1983, 1988). Em ambos os trabalhos Ratzel demonstra a importância da análise geográfica no campo da política. Para ele, espaço é poder. Como descreve Costa (2013: 34) “Para ele [Ratzel], os Estados são organismos que devem ser concebidos em sua íntima conexão com o espaço”. Dessa maneira, o conceito abstrato de Estado, criado nos debates sobre sua formação e existência, ganhava agora com as contribuições de Ratzel um caráter geográfico. Ratzel não pretende tratar no bojo de sua análise o funcionamento do Estado, antes, sua composição e formação. Costa (2013: 34) conclui com respeito à necessidade trazido por Ratzel a partir de uma abordagem geográfica na política que: “Daí a necessária adoção do que se sugere como um “senso geográfico” ou o fundamento de geográfico do poder político, o qual não deve faltar aos “homens de Estado pragmáticos”.

Nas palavras do próprio Ratzel (1987 apud COSTA, 2013, p. 35)

O homem, bem como a maior de suas obras, o Estado, não é concebível sem o solo terrestre. Quando nós falamos de Estado, designamos sempre, exatamente como no caso de uma cidade ou estrada, uma fração da humanidade ou uma obra humana e, ao mesmo tempo, uma superfície terrestre.

Assim, a existência do Estado está totalmente ligada ao modo como o homem se organiza e se estabelece no espaço físico geográfico. Denomino esse esforço de Ratzel de demonstrar o caráter geográfico na política como o estabelecimento de um conceito instrumentalista da geografia. Chamo de instrumentalista pois Ratzel esforça-se em colocar a questão do espaço como um elemento fundamental na conferência de poder de um Estado-nação. Assim, para ter poder é necessário obter território, espaço. Esse espaço por sua vez tem de ser qualitativo. Esse pensamento instrumentalista perpetrado por Ratzel será levado adiante por Mackinder e Haushofer - dois importantes geopolíticos do século XX.

O espaço como instrumento potencializador de um Estado é uma das grandes justificativas de expansão dos Estados-nação ao final do século XIX. A corrida dos países pela busca de novos territórios teve tanto um caráter econômico, na busca de conquistar novos mercados nas periferias do planeta, como um caráter político, na tentativa de ampliar o espaço vital dos Estados.

Ainda em relação ao território como variável de poder, Visentini (2015) alerta para o conceito de “esquematização geográfica” formulada por Raymond Aron em Paz e Guerra entre as Nações (ARON, 2002), que segundo ele (VISENTINI, 2015. p. 20) “consiste em tentar compreender a história, notadamente as guerras e os conflitos entre os povos, a partir de características territoriais”. Assim, o fator territorialista é essencial e central nas análises dos rumos históricos das nações. A partir desta colocação, é necessário buscar na questão territorialista, elementos que possam explicar o surgimento, a continuação e a “estabilidade” das ditaduras. Seriam elas formulações teóricas, minuciosamente planejadas e implementadas, ou resultados de um processo histórico conflitante, dialético e problemático, tendo como

uma de suas variáveis a questão do território? Essa é a pergunta que buscarei responder ao longo deste texto.

É necessário estabelecer o processo histórico em que um Estado se constitui. Conforme aponta Mandel (1977: 9) “O Estado nem sempre existiu”. Desta maneira, o materialismo histórico, mostra-se como uma importante linha teórica na explicação do surgimento do Estado. Já que o Estado nem sempre existiu, como e em quais condições ele foi formado? Essa pergunta poder ser respondida através de uma análise exaustiva. Por limitações farei uma breve abordagem acerca deste debate.

Jessop (2007: 14) define o Estado moderno, segundo Weber, como “uma comunidade humana que, com êxito, reivindica o monopólio legítimo dos meios de coerção numa dada área territorial”, o autor continua com base em Weber,

Isso envolve a interseção do poder simbólico e coercitivo politicamente organizado o, um território central claramente demarcado, e uma população fixa para a qual as decisões políticas são e coletivamente compulsórias. Assim, a característica-chave do Estado é o conjunto historicamente variável de tecnologia e práticas que produz, naturaliza e gerencia o espaço territorial como um continente limitado dentro do qual o poder político é exercido para obter variados, melhor ou pior integrados e cambiantes objetivos políticos. (JESSOP, 2007. p. 15)

Embora a citação do conceito de Estado em Weber seja essencial e elucidativa, não é possível aprofundar-se numa abordagem weberiana de Estado e concebê-la como materialista-histórica. Se faz necessário retornar a abordagem marxista ou materialista e histórica. Tendo em vista que o Estado possui determinadas atribuições, a principal dela é a de gerir seu território, na busca de garantir a segurança e o bem comum; pressupor que o Estado surge como beneplácito de uma comunidade é ide-alista e foge das contingências históricas. O Estado, segundo a abordagem marxista – a qual fazemos uso neste texto – aponta que o Estado não surge do nada, nem do desejo e aprovação mutua, antes, surge da imposição de uma classe, de um grupo de seres e indivíduos sobre outros. O Estado é deste modo, um instrumento de classe. Mandel (1977: 9) afirma que “o nascimento do Estado é o produto da divisão social do trabalho”, ou seja, enquanto não há divisão do trabalho, não existe Estado, afinal, todos exercem as mesmas atividades, não necessitando de uma organização maior que faça aquilo que alguns

não o fazem. O Estado surge, quando a divisão do trabalho beneficia uma classe em detrimento de outra. No Egito, por exemplo, o Estado pode ser representado na figura da classe sacerdotal, que não participa do processo produtivo, mas que o organiza e ao organizá-lo impõe seus interesses a frente dos camponeses – aqueles que estão diretamente ligados a cadeia produtiva. Para garantir que seus interesses sejam executados pelos camponeses, o Estado - ou melhor, os sacerdotes (nobreza) - formam um órgão de repressão, o exército, ou funcionários públicos - ligados umbilicalmente ao Estado - que tem o dever de manter a ordem - ordem entendida como o interesse de um grupo no poder (MANDEL, 1977). Cito o exemplo egípcio apenas para exemplificar e ilustrar o que a teoria pretende em abstração. Mas este modelo de análise pode ser aplicado em qualquer grupo social em que exista a divisão do trabalho e, por conseguinte, o Estado.

Vale pensar que, se o Estado é formado por um grupo social que detém o poder coercitivo, esse grupo social teve uma história. Ou seja, esse grupo não ascendeu ao poder do nada em momento algum e obteve poder hegemônico de controle social. Assim, o processo de formação do Estado segundo a afirmativa de grupos no poder é, antes de mais nada, um processo histórico conflitivo e dialético. Neste sentido, a luta pelo poder não se resume apenas na luta descrita por Marx e Engels (1998) como dominado vs. Dominador, ou, opressor vs. oprimido; a luta que constrói a História é também entre aqueles que se propõem classe dominante. Existe, neste sentido uma luta entre os dominadores, na busca de obterem hegemonia. Se pensarmos no exemplo citado do Egito, existiram momentos históricos em que lutas ocorreram entre os sacerdotes na busca pelo poder. Nos dias atuais, é possível observar que a luta entre a burguesia - classe que domina o poder político, econômico e social desde as revoluções burguesas no século XVIII - nas democracias pelo controle, ou melhor, pela hegemonia de seus projetos. Quando observamos um industrial discursar em prol de políticas desenvolvimentistas e um banqueiro em prol de políticas financeiras, vemos um embate no coração da classe dominante pela hegemonia, pelo poder.

Assim, a História não é apenas construída pela luta de classes antagônicas no sistema de produção, mas também, pela luta de classes equivalentes, ou melhor, por frações de classes equivalentes³.

Voltando a questão do território, o espaço é fundamental na análise de como esta rede de poder se organiza. Pensar o poder, poder entendido como a capacidade de influenciar outros, sem levar em consideração o espaço como elemento importante, despreza o desenrolar histórico. Para existir um Estado, deve necessariamente existir: 1. território; 2. povo; 3. modo de produção diversificado; 4. grupo que detenha a propriedade dos meios de produção, e; 5. Meios de coerção. Quando um Estado perde em alguma medida o controle de algum destes elementos, sua existência é posta em xeque.

Para formar um Estado, é necessário que um grupo controle - pela força ou pelo consentimento - um determinado território, com um número variado de pessoas, através de um modelo de imposição do interesse e manutenção deste.

Saímos desta reconstrução teórica do Estado e da importância do território e vamos ao caso que será analisado. Para isso, veremos o processo histórico-institucional da conquista do Estado por um grupo revolucionário na África. O caso da FRELIMO e a tomada do poder, tomada do Estado. Para essa abordagem, utilizaremos o neoinstitucionalismo histórico.

A abordagem do Neoinstitucionalismo histórico aplicado ao caso de Moçambique

Antes de iniciar, levanto algumas questões que pretendo responder ao longo da apresentação do texto. Esses questionamentos foram retirados do texto de Hall e Taylor (2003), sobre as três vertentes do Neoinstitucionalismo, enfatizado aqui o capítulo sobre Institucionalismo Histórico. Ao longo deste texto, buscarei responder a

³ Segundo Poulantzas (1977) existe dentro da classe burguesa - proprietária dos meios de produção frações, frações essa que são compostas pelos diferentes meios de produção - por exemplo, industriais, agricultores, etc. - que disputam um poder hegemônico, supervalorização de seu meio de produção em detrimento de outra.

aos questionamentos supracitados usando a pesquisa de Lourenço (2009). Tentarei interligar os dois textos e criar um debate mais dinâmico e didático.

O Neoinstitucionalismo Histórico visa compreender como as instituições são formadas a partir do tempo e dos espaços, levando em consideração os conflitos sociais e as diferenças econômicas que interferem na construção de organizações e conseqüentemente seu processo de institucionalização. É este processo, histórico constitutivo, que o Neoinstitucionalismo histórico buscará compreender.

Apenas como exemplo, para termos ideia, vejamos o processo histórico dos sindicatos. Hoje, os sindicatos são instituições organizadas, burocráticas, normatizadas e reguladas que são utilizadas como meios de reivindicação e mesmo associação de determinadas classes de trabalho dentro do aparelho de Estado e político. Entretanto, os sindicatos não surgiram da noite para o dia, nem se formaram de maneira espontânea. Sua formação é concebida como um processo contínuo e conflituoso, marcado por choques e conjunturas específicas. Se fizermos uma regressão histórica simples e abstrata, na busca de determinar historicamente o processo de formação e articulação dos sindicatos, observaremos o seguinte: são organizações formadas a partir do final da alta Idade Média e começo da Baixa Idade Média, onde artesãos e profissionais liberais organizaram-se em clubes, na tentativa de estabelecer regulamentos para o funcionamento das suas atividades. Ao passar do tempo, as normas foram incorporadas ao funcionamento da organização e esta passou a ganhar corpo, com a inserção de novos membros, tendo de se organizar de forma a contemplar suas demandas. Com o processo de industrialização os sindicatos passaram a ser o meio de levar ao debate político as reivindicações dos trabalhadores, em suma, operários. Aos poucos, essas organizações tornaram-se instituições.

O Neoinstitucionalismo histórico, busca responder, se fosse o caso de pesquisar os sindicatos, perguntas, como as seguintes:

(1) Como se constroem as relações entre instituição e comportamento? (2) Como explicar o processo pelo qual as instituições surgem ou se modificam?

Dessa maneira, ao analisar a pesquisa de Lourenço (2009), buscar-se-á demonstrar como as instituições são formadas, como elas se relacionam com a sociedade e constituem comportamentos e seu processo histórico de formação e modificação. Aqui no caso estudado, será apresentado o comportamento do Estado e das Autoridades Tradicionais num momento de transição para a Democracia.

Como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos?

No caso estudado por Lourenço (2009), o foco da análise do autor foi entender como a FRELIMO à frente do Estado moçambicano pós-guerra de independência, organizou sua ação política em relação à nova situação conjuntural. A questão aqui era como a FRELIMO lidaria com a herança política do sistema colonial português, as Autoridades Tradicionais.

Em uma pesquisa anterior e mais completa, Lourenço (2005: 18) diz sobre as Autoridades Tradicionais,

Com efeito, antes da penetração colonial portuguesa, os chefes tradicionais de Moçambique faziam parte de uma estrutura política funcional e dinâmica, com mecanismos próprios de reprodução social. O sistema colonial português procurou integrá-la no seu aparelho político-administrativo, cujo objectivo principal era dominar política e economicamente as populações rurais do território moçambicano.

Durante a Guerra de Independência, muitos chefes tradicionais engajaram-se junto da FRELIMO na luta pela libertação nacional. Aos poucos os territórios que iam sendo conquistados e submetidos ao controle frelimino passavam a serem chamados “zonas libertas” que demandavam aos poucos uma maturidade da FRELIMO na sua organização, como prelúdio à conquista e controle de Moçambique independente. Neste processo histórico de amadurecimento dos mecanismos de organização das “zonas livres”, várias eram as ideias de como agir frente as Autoridades Tradicionais. Essas representavam o antigo, o perverso, o resquício sórdido da administração portuguesa e que necessitava ser organizada neste processo de transição para “novos rumos”. Era o passado, o antigo, em consonância com o novo, o moderno.

As preocupações da elite dirigente da FRELIMO, como no caso do sucessor de Eduardo Mondlane, Samora Machel, estavam ali circunscritas, de

(...)como organizar a produção, como administrar as populações, que tipo de relações sociais de produção devem existir nas nossas zonas, quais as relações a estabelecer entre a população e as estruturas de direção da FRELIMO, entre o exército e as populações. (MACHEL, 1980. p. 34. apud LOURENÇO, 2005. p. 24).

A FRELIMO, não somente no campo de batalha, mas em sua composição dirigente-ideológica passava por problemas. Em meados de 1966-1970 evidenciaram-se duas correntes dentro do partido, os chamados “reformistas” e os “revolucionários”.

Os reformistas representavam uma ala que se identificava com o nacionalismo e na luta pela conquista da independência e, os reformistas, que pretendiam atacar problemas estruturais provocados pela colonização portuguesa, como no caso da desigualdade social, entre a elite rural e os camponeses pobres, e a elite urbana e a massa proletária pobre e mesmo desempregada.

Assim, acerca desta problemática no seio da dirigência da instituição, o neoinstitucionalismo histórico fornece dois caminhos para responder esta problemática. São chamados de: “perspectiva calculadora” e “perspectiva cultural”. Para entendermos como as instituições agem vejamos a continuidade do caso moçambicano e como a abordagem proposta contribui para entendê-las. Para isso três perguntas são lançadas:

(1) Como os atores se comportam? (2) O que fazem as instituições? (3) Por que as Instituições se mantêm?

Na tentativa de operacionalizar essa questão/problema da existência do resquício colonial e projetar um Estado livre dessa herança, a direção da FRELIMO tomara uma decisão. Essa decisão deve ser aqui entendida como resultado de cálculos estratégicos, mas condicionados ao momento e as circunstâncias históricas, espaciais, culturais de quem a toma, evidenciando o caráter não-teleológico e pouco programático, mas algo espontâneo, expressão das incertezas e limitações.

A partir de 1977 a liderança da FRELIMO veio a retratar as Autoridades Tradicionais como oportunistas políticos corruptos, que haviam lucrado com o seu papel administrativo de cobradoras de impostos, recrutadoras de mão-de-obra e agentes de policiamento local na estrutura política colonial portuguesa. (LOURENÇO, 2009. p. 119).

Aqui vale ressaltar uma das respostas providas pelo Institucionalismo Histórico, chamado de “Perspectiva calculadora”, segundo esta perspectiva os atores se compor-tam influenciados por elementos exógenos e endógenos. Por endógenos, podemos salientar o processo histórico de colonialismo português e a formação e manutenção das Autoridades Tradicionais como meios de garantir-lhes o poder e a hegemonia. Entretanto, existem forças exógenas que orientam a ação dos atores e não dependem circunstancialmente do rumo endógeno, mas o que há é uma unificação de ambos, ou como veremos uma interpretação do endógeno a partir da influência do endógeno. Por endógeno podemos atribuir a forte influencia marxista-leninista nas elites da FRELIMO, que rotulou as Autoridades Tradicionais, como

as instituições políticas e sociais que baseavam a sua reprodução social na(s) lógica(s) do parentesco e asseguravam os lugares da autoridade política legítima pela sucessão hereditária, como “feudais, obscurantistas e retrógradas. (LOURENÇO, 2009. p. 119)

Desta maneira, as instituições influenciam os atores na medida em que lhes fornecem certa bagagem informacional que é revertida como expectativa no momento da tomada de decisão frente à outra instituição. Como no caso frelemino de combater tacitamente as Autoridades Tradicionais, vendo-as como instituição arcaicas que legitimam e exacerbam o passado colonialista. A expectativa dos atores, influenciados por suas instituições, como no caso da FRELIMO, influenciada pela orientação marxista-leninista, acaba tornando-se a busca pela extinção das Autoridades Tradicionais como meio para acabar com a herança colonial e abrir caminho para um progresso político, econômico e social em Moçambique.

Já, a outra, a “perspectiva cultural”, visa responder essas questões, demonstrando que os atores tomam decisões pautados por suas visões de mundo, seu patrimônio cultural historicamente construído. Assim, como os atores possuem visões limitadas de mundo, estes buscam nas instituições e em suas normas e regulamentos, a orientação necessária para tomar determinadas atitudes. No texto

proposto, essa perspectiva aparece no momento em que o autor busca explicar os motivos para a continuidade da influência das Autoridades Tradicionais pós independência, mesmo a FRELIMO adotando medidas coercitivas e restritivas a essas organizações. No texto do autor, vemos a resposta dada e que se enquadra no âmbito da perspectiva cultural, a saber,

(...)os agentes políticos locais da FRELIMO não manifestavam empenho, ou conhecimento social suficiente para lidar com algumas particularidades socioculturais das comunidades rurais (como por exemplo o casamento, o divórcio, questões de herança, resolução de conflitos familiares e/ou comunitários, a encenação de rituais de iniciação, de chuva, a súplica aos antepassados e o controle da feitiçaria), porém as Autoridades Tradicionais – quer fossem comprometidas ou não – eram usualmente mais sensíveis a estas questões sociais e mais competentes para lidar com elas. (LOURENÇO, 2009, p. 120).

Em relação a forma como as instituições agem, o autor se utiliza da mesma perspectiva com relação à anterior, “perspectiva cultural”. De acordo com essa, “as instituições agem de forma a fornecerem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação” (HALL e TAYLOR, 2003. p. 198). No caso da FRELIMO, seus modelos morais e cognitivos, como aponta o autor são: nacionalismo, marxismo-leninista e reforma socialista na sociedade civil e política. Também, as condições escassas de comunicação e presença de políticos do partido-Estado FRELIMO nas comunidades rurais, onde se encontram o poder e a hegemonia local das Autoridades Tradicionais, esses fatores influenciam para a limitação da ação da instituição e de seus atores.

No caso de por que as instituições se mantêm, a perspectiva calculadora proporá que “os indivíduos aderem a esses modelos de comportamento porque o indivíduo perderá mais ao evitá-los do que ao aderir a eles” (HALL e TAYLOR, 2003. p. 198). No texto é possível perceber esse elemento no momento de Guerra de Independência, onde tanto a FRELIMO se alia a algumas Autoridades Tradicionais, mas posteriormente algumas Autoridades Tradicionais aliam-se à FRELIMO na busca de manter sua base de articulação e de poder, dentro do Estado, ainda que de forma limitada. Aqui, novamente, deve ser percebido o caráter da história e de seu momento específico como influência importante na construção dos e desenrolar dos eventos e das configurações de poder.

A perspectiva cultural, explicará que as instituições se mantêm, pois, alguns elementos, em especial as convenções que sustentam a identidade da instituição, não podem ser alterados da noite para o dia, mas são fruto de um processo histórico e contínuo, permeado por choques e dissensos. No texto, isso fica explícito, quando o autor enfatiza que tanto a FRELIMO quanto as Autoridades Tradicionais demoram para incorporar mudanças, pois estas não ocorrem da noite para o dia, tendo em vista que as convenções que estruturam as instituições são mais rígidas e dependem de outros elementos para serem mudadas.

Segundo Hall e Taylor (2003: 200) “os teóricos do institucionalismo histórico prestaram atenção sobretudo ao modo como as instituições repartem o poder de maneira desigual entre os grupos sociais”.

Isso pode ser percebido quanto a maneira como a FRELIMO divide o poder entre as instituições e as Autoridades Tradicionais. O caminho escolhido pela ala dirigente da FRELIMO foi limitar a ação política das ATs. Isso provocou a longo prazo um problema na administração do partido-Estado. Pois, criou um descontentamento nas elites locais, que como demonstram o texto, possuem as bases de articulação e legitimação na sociedade rural e colocaram-se em oposição, ao lado de outros movimentos que passam a surgir, como a RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana. Embora a RENAMO existisse como oposição à FRELIMO e ao marxismo-leninista, apoiados pelo Serviço de Inteligência da Rodésia, a RENAMO só consegue formar uma sólida base de oposição a FRELIMO após buscar nas Autoridades Tradicionais seu apoio, que o concedem, não somente por concordar com as propostas do partido, mas por terem a expectativa de que através da RENAMO poderiam opor-se à FRELIMO que estavam “prejudicando-os”.

Surge, entretanto, uma colocação importante, pois diante dessa situação de oposição formada entre RENAMO e FRELIMO, a RENAMO com o apoio das Autoridades Tradicionais e a FRELIMO com o poder de Estado e suas Instituições, é: Como as instituições respondem a uma nova dinâmica de desafios? (HALL e TAYLOR, 2003).

Alguns podem responderão a essa pergunta, apontando que as relações herdadas, serão perpetuadas pelas instituições, aqui, no caso da FRELIMO, essa corrente, explicaria que a FRELIMO continuaria negando a existência da RENAMO e limitando a ação e inserção das Autoridades Tradicionais no aparelho de Estado. O neoinstitucionalismo histórico, busca distinguir no fluxo dos eventos históricos, períodos de continuidade e “situações críticas”. Na busca de explicar essas situações críticas, muitos optam por indicadores como: crises econômicas e conflitos militares (HALL e TAYLOR, 2003).

Vejamos o caso de Moçambique em seu contexto histórico no anos 1990 dialogando com a perspectiva trazida por Hall e Taylor (2003) como meio de compreender os acontecimentos e as mutações das instituições moçambicanas na passagem do séc. XX para o XXI.

Na década de 1990 o partido-Estado na busca de aproximar-se da comunidade internacional, das instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial, sofreu pressão dessas instituições que requisitavam certo grau de institucionalidade, ou seja, normatização e regulação, que inexistiam nas estruturas da FRELIMO. É necessário ressaltar aqui um evento importante na História europeia que influenciara os rumos do mundo e conseqüentemente de Moçambique. O fim da URSS e da Guerra Fria. Este momento pode ser entendido, como propõe o institucionalismo histórico um momento de “situações críticas” dentro do fluxo histórico. A FRELIMO sempre se beneficiou ideologicamente e materialmente com o apoio da URSS. Agora, num momento de esfacelamento do principal aliado, a FRELIMO passara por um momento crítico. Era necessário buscar apoio em outras Instituições, na busca de suprir o espaço deixado. Nesse sentido, que a FRELIMO busca ajuda nas organizações capitalistas.

As instituições não são os únicos fatores que influenciam a vida política.

Uma das exigências dessas Instituições era que os aparelhos normativos e reguladores do Estado, controlado pela FRELIMO, se democratizassem. Entretanto, tentativas de mudanças nas estruturas não ocorrem da noite para o dia, como vimos. Em 1994, foram organizadas eleições em Moçambique. A RENAMO perdera

as eleições para presidência nas urnas e não contente organizou uma oposição armada a RENAMO. Durante quase 16 anos, entre 1994 e 2000, Moçambique enfrentara uma dura guerra, provocada pelo erro de cálculo estratégico histórico do partido-Estado FRELIMO.

Durante esses longos anos de Guerra Civil, a FRELIMO foi modificando suas estruturas e permitindo que novas convenções (ideias, estratégias e membros) infiltrassem no partido e mudassem suas orientações. Com o tempo, a FRELIMO abrandou suas relações com as Autoridades Tradicionais, na tentativa de atraí-los para uma conciliação, na busca de findar com a Guerra. Como citei acima, o Institucionalismo Histórico busca compreender como “situações críticas” interferem nos rumos políticos e organizacionais de certas instituições. A maioria dos teóricos propõe que ocorrem mudanças dessa ordem em: crises econômicas e conflitos militares. É justamente o que o autor busca verificar ao longo deste estudo (LOURENÇO, 2005, 2009).

O autor segue demonstrando que os dois elementos, crise econômica e conflito militar, fizeram com que a FRELIMO retomasse relações com as ATs, com o objetivo de alcançar a democratização. Este processo, como demonstra o autor é lento e gradual e mesmo após o final da Guerra Civil ainda se mantém em contínua construção. A tentativa da FRELIMO ainda é limitar que a influência das ATs articulem-se com as comunidades rurais e alcancem uma base hegemônica capaz de superar o partido-Estado. Para realizar essa limitação, a FRELIMO se utiliza de seu poder de Estado, institucional para emitir “leis” ou seja, regras, que são incorporadas no escopo institucional e ganham caráter normativo nas ações e nas interpretações. A partir de 2004, o partido-Estado passou a permitir que as Autoridades Tradicionais tivessem maior articulação política e participassem nos conselhos diretivos distritais, com relação a gastos públicos e organização política. Entretanto, ainda assim sem quaisquer “poderes” políticos dentro do aparelho de Estado.

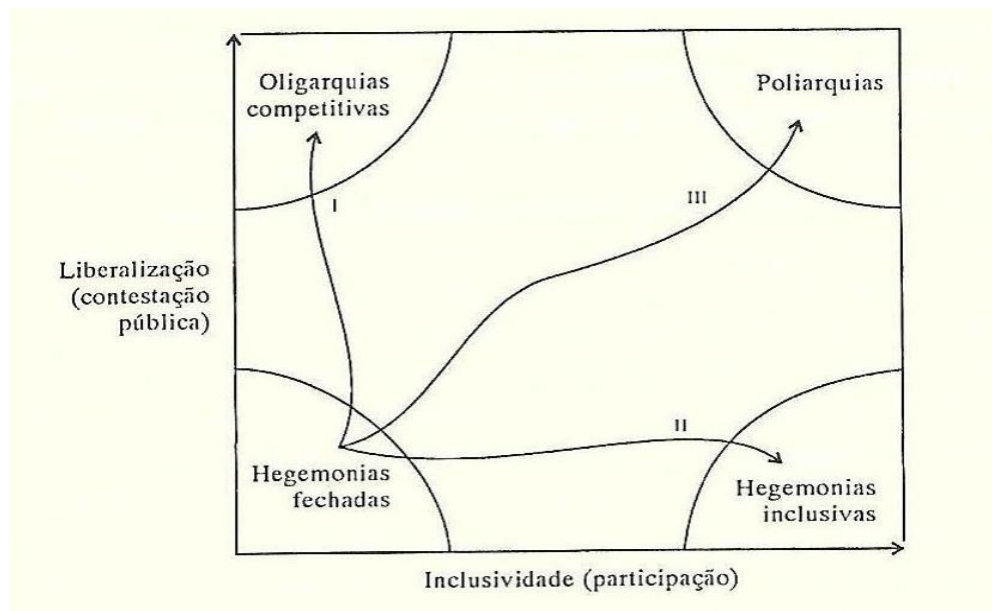
Essa relação entre a FRELIMO e as Autoridades Tradicionais é conflituosa, nem sempre pode ser entendida de forma simples e estratégica. Os rumos históricos influenciam os atores e as instituições e direcionam as ações para caminhos nem

sempre racionais. Dessa maneira, o texto demonstra como a FRELIMO tem se organizado e agido de maneiras distintas de acordo com as condições históricas, sendo influenciadas pelas estruturas das instituições, pela limitação dos atores que mesmo agindo com cálculo estratégico, visando a otimização das ações, nem sempre alcançam os resultados pretendidos, dada as condições no momento de tomada das decisões.

A decadência da democracia e a ascensão da ditadura em Moçambique: uma análise a partir da geografia política

Na busca de não tornar este texto repetitivo, buscaremos discutir a partir da bibliografia supracitada e algumas adicionais, os motivos da ascensão de um regime centralizador, estatizante e pouco democrático. Viu-se que a formação e consolidação do “novo” Estado em Moçambique procedeu de maneira a negar as Autoridades Tradicionais do período colonial e formar uma burocracia ligada ao partido revolucionário - FRELIMO. O que se construiu foi um Estado de regime fechado, que impede a oposição e a inserção de outros na estrutura dirigente.

Figura 1 – Liberalização, inclusividade e democracia. Dahl, 1997. p. 30.



A figura acima, extraída do livro de Robert Dahl (1997) apresenta uma abordagem interessante. O conceito de Poliarquia de Dahl aqui não nos serve, mas o caminho inverso da construção deste tipo de regime que nos é importante. Segundo

Dahl (1997) para que os Estados pós-Segunda Guerra Mundial chegassem à um regime de Poliarquia (quase-democracia) seria necessário aumentar a participação política da população, juntamente com a permissividade de oposição ao regime. Se houvesse o incremento da participação popular e não da possibilidade de oposição, veríamos o caso de Hegemonia Inclusiva. Se fosse o contrário, possibilidade de oposição, mas restrição de participação, seria uma Oligarquia Competitiva. No caso de inexistir oposição e participação ou em casos em que estas variáveis fossem extremamente baixas, existiria uma Hegemonia Fechada. Para o caso de Moçambique, conforme fora exposto no tópico anterior, o processo histórico da formação do Estado moçambicano, gerou inicialmente um regime de Hegemonia Fechada, que posteriormente, transformou-se em Hegemonia Inclusiva. Em 1994 quando houve uma grande pressão para a realização de eleições em Moçambique, a FRELIMO acreditou que permitir a votação lhes seria suficiente para legitimar a continuidade do regime e do partido no poder. De fato, a vitória nas urnas foi da FRELIMO, mas, quando observado o contexto macro, a negação à participação das Autoridades Tradicionais e posteriormente seu alinhamento à oposição junto a RENAMO, provocou um longo período de Guerra Civil.

Entretanto, quais motivos causaram a ilegitimidade do partido FRELIMO no poder e controle do Estado moçambicano? A hipótese traçada no início do texto era a de que as Autoridades Tradicionais não reconheceram a FRELIMO pois, estas foram negligenciadas e expulsas da estrutura burocrática do novo-Estado. Essa negação e exclusão deste importante agente social, herdado do período colonial, levou as ATs encontrarem apoio na nascente oposição da RENAMO que via nas ATs importantes aliados na busca de combater a hegemonia da FRELIMO. A luz de pesquisas recentes, foi possível testar essa hipótese e verificou-se que a teoria do Neoinstitucionalismo Histórico, aplicada na pesquisa de Lourenço (2005, 2009) demonstraram verossímil a premissa sustentada.

Mas, ainda falta a resposta a uma outra questão de alto valor; por que, além dos pressupostos ideológicos, Moçambique caminhou para uma ditadura? A resposta para essa questão foi parcialmente exposta através do uso do Neoinstitucionalismo Histórico. Entretanto, a geografia política e regional, podem corroborar para um estudo mais profundo e detalhado do problema. Partiremos da

premissa que para governar ou administrar um espaço é necessário além de poder⁴, conhecimento e controle territorial. Conforme nos diz Paulino (2000: 61) “O conceito território implica não apenas em uma dimensão espacial, mas pressupõe a existência de relações de poder”, relações essas que são construídas pelo homem na busca de organizar-se espacialmente e socialmente. A formação do Estado é uma formação social, onde determinadas classes beneficiam-se em detrimento de outras, beneficiamento esse que se dá através do controle e do uso do espaço.

As ATs beneficiaram-se ao longo de todo o período colonial português. Essa elite colonial obtinha tanto o poder político quanto o controle do espaço. Ao serem despojados pela revolução popular, permaneceram com o poder do espaço, mas perderam o poder político, ou, a possibilidade de preencherem cargos público-burocráticos e estratégicos na manutenção e consolidação dos interesses dessa antiga classe. O grande problema fora que a FRELIMO não conseguiu preencher esse espaço deixado pela ATs nos espaços físicos, apenas nos cargos e postos do novo Estado. Permaneceram após a independência, elites regionais com poderes territoriais. A incapacidade do novo partido de estabelecer seus interesses e seus projetos nas antigas regiões das ATs e permitir sua coexistência espacial/territorial – mas não política – neste novo Estado, prejudicou a formação de um Estado com regime democrático. Afinal, umas das variáveis para um Estado caminhar seu regime para uma democracia – ou poliarquia – seria permitir a existência da oposição. Permitir que existisse uma oposição dentro deste embrionário Estado seria para a elite dirigente da FRELIMO, permitir que o “ovo da cobra” se desenvolvesse. Permitir oposição seria impossível para formar a hegemonia necessária para a reforma administrativa-burocrática no Estado, órgão central da articulação política. A incapacidade da FRELIMO de desapossar as Autoridades Tradicionais e substituí-las por novos agentes sociais, prejudicou a formação do Estado independente – independente das amarras do passado colonial.

Lenin ao organizar o novo Estado russo pós-1917, buscou reconstruir as burocracias do Estado, mas também, em reformar a administração local. Substituiu

⁴ Poder entendido aqui como a soma de: Coesão Social + Planejamento Político + Satisfação Coletiva com o Regime = Legitimidade política representativa.

as antigas elites locais, pelos conselhos sovietes, na busca de formação um Estado descentralizado³.

Neste sentido, ao formar um Estado centralizado e ao mesmo tempo mantendo as heranças coloniais, a FRELIMO não conseguiu formar uma base hegemônica e criar governabilidade. Sempre que o partido central emitia suas decisões, estas, chocavam-se com os interesses locais, das Autoridades Tradicionais. Na busca de superar essas limitações a via escolhida pela FRELIMO fora de formar um Estado extremamente centralizado, que restringisse os direitos políticos e sociais e garantisse a hegemonia do partido revolucionário no poder.

O Estado moçambicano pós Guerra Colonial, formado pela FRELIMO, tornou-se um regime de Hegemonia Fechada, dado o choque com as elites tradicionais do período colonial e sua total incapacidade de formar uma organização político-administrativa que controlasse ou neutralizasse a influência deste ramo social-geográfica dentro da sociedade civil e política de Moçambique. Deste modo, pode-se constatar que a formação da ditadura em Moçambique, sob a direção da FRELIMO, deu-se por causa de problemas e limitações de seus formuladores, pelas contingências históricas que imprimiram desafios e derrotas na elite dirigente do partido. Questões de ordem geográfica influenciaram a maneira pela qual o partido-Estado organizou e construiu o Estado e seu Governo. Conclui-se que a atual situação de Moçambique e seu rumo histórico, são produtos da total liberdade de escolhas de seus dirigentes frente à realidade imposta. A ditadura em Moçambique não fora apenas causa primeira, mas também, consequência de outras causas primeira.

Referências

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Editora da Universidade Brasília, 2002.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. 2. ed. 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.

DOMHOFF, G. William. **¿Quién gobierna Estados Unidos?**. 18ed. México: Siglo XXI, 1994.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HALL, Peter A. & TAYLOR, Rosemary C. R.. **The three versions of neo-institutionalism**. Lua Nova, (58): 193-223. 2003.

JESSOP, Bob. **O Estado e a construção de Estados**. Revista Outubro, n. 15, 1º Semestre, 2007.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LOURENÇO, V. **Estado(s) e Autoridades Tradicionais em Moçambique: análise de um processo de transformação política**. In Occasional Papers Series, Lisboa, CEA-ISCTE,14, 2005.

LOURENÇO, Vitor Alexandre. **Estado, Autoridades Tradicionais e Transição Democrática em Moçambique: Questões teóricas, dinâmicas sociais e estratégias políticas**. Cadernos de Estudos Africanos [Online], 16/17 | 2009, posto online no dia 22 Julho 2012, consultado o 08 Janeiro 2016. URL : <http://cea.revues.org/189> ; DOI : 10.4000/cea.189

MANDEL, Ernest. **Teoria Marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977. pp. 9-46.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Estud. av., São Paulo , v. 12, n. 34, p. 7-46, Dec. 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300002&lng=en&nrm=iso>.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?**. 2. ed. – São Paulo: Hucitec-Instituto Leonel Itaussu, 2015.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

PAULINO, Eliane Torniasi. **Geografia e controle territorial' saber estratégico para quem?**. Geografia, Londrina, v. 9, n. 1, p. 61-66, jan./jun. 2000.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RATZEL, Friedrich. **O Solo, a Sociedade e o Estado**. Revista do Departamento de Geografia. São Paulo: FFLCH – USP, n. 2, 1983.

VISENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. 5. ed. 3ª reimpr. – São Paulo: Contexto, 2015.

Enviado em Fevereiro de 2016.

Publicado em Julho de 2016.